



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**URUGUAIANA**  
LEGISLATIVO AVANÇADO, DEMOCRACIA FORTALECIDA

CMU 000121 - REG 28/ Jan/ 2025 13:35

**PROJETO DE LEI Nº 16, DE 28 DE JANEIRO DE 2025**

“Acrescenta os inciso XXIV e XXV ao Art. 3º da lei nº 3.561, de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre as competências do conselho municipal de uruguaiana.


**Art. 1º** Inclui os incisos XXIV E XXV ao ART 3º da Lei nº 3.561 para incluir os incisos abaixo, que passam a integrar as competências do Conselho Municipal de Uruguaiana, na forma a seguir:

XXIV- Avaliar periodicamente a eficácia das políticas públicas estabelecidas pela Lei Municipal de Política de Atendimento para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas esferas da Atenção Básica, Primária, Secundária e Terciária, com o objetivo de garantir que os serviços prestados estejam em conformidade com as necessidades da população atendida e com os princípios da dignidade humana.

XXV- Elaborar e encaminhar à Câmara Municipal de Vereadores, até o dia 31 de março de cada ano, relatório anual contendo a análise da implementação e dos resultados da Lei Municipal de Política de Atendimento para Pessoas com TEA, destacando os avanços, desafios e recomendações para o aprimoramento da execução das políticas públicas.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Vereadora Manoela Rosa Couto em 28 de janeiro de 2025.

  
**Ver.<sup>a</sup> Manoela Rosa Couto**  
Bancada do PDT

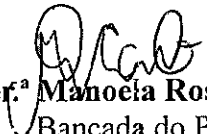


CÂMARA MUNICIPAL DE  
**URUGUAIANA**  
LEGISLATIVO ATUANTE, DEMOCRACIA, VERTICALIDADE

## JUSTIFICATIVA

A alteração proposta tem o objetivo de fortalecer o papel do Conselho Municipal de Uruguaiana no acompanhamento e avaliação das políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A inclusão das novas atribuições visa garantir que os serviços prestados nas diferentes esferas da atenção à saúde (Básica, Primária, Secundária e Terciária) sejam eficazes e que as necessidades dessa população sejam atendidas de forma adequada e eficiente.

Além disso, a criação da obrigação de elaboração de um relatório anual para a Câmara Municipal de Vereadores visa aumentar a transparência das ações, propiciando um acompanhamento mais próximo por parte do poder legislativo e da sociedade. Esse acompanhamento é fundamental para o aprimoramento contínuo das políticas públicas, identificando falhas e sugerindo melhorias.

  
Ver.<sup>a</sup> Manoela Rosa Couto  
Bancada do PDT